

NS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NOROESTE I SPE S.A.
CNPJ Nº 11.099.854/0001-93

Balço Patrimonial em 31/12/2014 E 31/12/2013 (Em MR\$)			
	2014	2013	
Ativo Circulante	50.846	57.608	
Caixa e equivalente de caixa	5	4.288	
Contas a receber	6	40.980	
Imóveis a comercializar	7	12.203	
Comissão de venda a apropriar		130	
Outros	220	7	
Não circulante	1.565	14	
Contas a receber	6	1.238	
Depósitos judiciais		316	
Imobilizado	11	14	
	52.411	57.622	

	2014	2013	
Passivo Circulante	13.831	3.909	
Fornecedores		101	559
Outros passivos		637	491
Impostos a recolher		36	120
Impostos e contribuições diferidos	8	2.366	2.739
Dividendos a pagar		10.691	-
Patrimônio líquido	38.580	53.713	
Capital social	9.a	36.316	15.758
Adiant. para futuro aumento de capital	9.b	1.392	20.717
Reserva legal		872	872
Reservas de lucros		-	16.366
	52.411	57.622	

Demonstrações do Resultado Exercícios Ffindos em 31/12/2014 e 2013 (Em MR\$)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de vendas	10	854	25.855
Custo dos produtos vendidos	10	(5.858)	(14.983)
Resultado bruto		(5.004)	10.872
Despesas gerais e administrativas		(802)	(188)
Despesas com vendas		(811)	(771)
Outras receitas / (despesas)		(39)	(1)
	11	(1.646)	(960)
Resultado operacional		(6.650)	9.912
Receita financeira, líquida		1.064	161
Resultado antes do I.R. e da C.S		(5.586)	10.073
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(259)	(292)
Diferido	8.1	170	(538)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(5.675)	9.243
Quantidade de ações		36.316.047	15.758.124
Lucro/(Prejuízo) básico por ação		(0,15627)	0,58655

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Ffindos em 31/12/2014 e 2013 (Em MR\$)				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.758	8.506	189	24.453
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.211		12.211
Lucro líquido do exercício			9.243	9.243
Constituição de reserva legal		683	(683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.758	20.717	872	37.347
Integralização de capital		(20.558)		(20.558)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.233		1.233
Prejuízo líquido do exercício			(5.675)	(5.675)
Constituição de reserva legal				
Dividendos propostos			(10.691)	(10.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	36.316	1.392	872	38.580

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Ffindos em 31/12/2014 e 2013 (Em MR\$)			
	31/12/2014	31/12/2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2014	31/12/2013	
Resultado do exercício antes do I.R. e da C.S	(5.586)	10.073	
Ajustes de receitas e desp. não envol. caixa	(5.786)	10.719	
Depreciação	3	7	
Impostos diferidos	(203)	639	
Varições nos ativos e passivos operacionais	(3.517)	(8.633)	
Contas a receber	5.816	(17.747)	
Estoque	(2.836)	(748)	
Outros ativos	(399)	444	
Fornecedores	(458)	(1.632)	
Outros passivos	146	331	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(343)	(189)	
Caixa líquido aplicado nas ativ. operacionais	(3.860)	(8.822)	
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos	1.233	12.211	
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.233	12.211	
Caixa liq. gerados nas ativ. de financiamento	1.233	12.211	
Redução liq. de caixa e equivalente de caixa	(2.627)	3.389	
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	4.288	895	
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	1.661	4.288	
Redução liq. de caixa e equivalente de caixa	(2.627)	3.389	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Ffindos em 31/12/2014 e 2013 (Em MR\$)			
	31/12/2014	31/12/2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2014	31/12/2013	
Resultado do exercício antes do I.R. e da C.S	(5.586)	10.073	
Ajustes de receitas e desp. não envol. caixa	(5.786)	10.719	
Depreciação	3	7	
Impostos diferidos	(203)	639	
Varições nos ativos e passivos operacionais	(3.517)	(8.633)	
Contas a receber	5.816	(17.747)	
Estoque	(2.836)	(748)	
Outros ativos	(399)	444	
Fornecedores	(458)	(1.632)	
Outros passivos	146	331	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(343)	(189)	
Caixa líquido aplicado nas ativ. operacionais	(3.860)	(8.822)	
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos	1.233	12.211	
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.233	12.211	
Caixa liq. gerados nas ativ. de financiamento	1.233	12.211	
Redução liq. de caixa e equivalente de caixa	(2.627)	3.389	
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	4.288	895	
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	1.661	4.288	
Redução liq. de caixa e equivalente de caixa	(2.627)	3.389	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2014 (Em MR\$).

1. Contexto operacional: A NS Empreendimento Imobiliário Noroeste I SPE S.A. ("Cia.") foi constituída em 21/08/2009 com o propósito específico de planejar, promover, desenvolver e entregar um empreendimento imobiliário para fins residenciais nos imóveis situados na cidade de Brasília, Distrito Federal na Projção G da Superquadra Noroeste 108, SOWM 108 do Setor de Habitações Coletivas. A Cia. é uma sociedade anônima, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Brasília - DF. O empreendimento, Bossa Nova, foi concluído em novembro de 2014.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação, os pronunciamentos, instruções e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) incluindo a Orientação OCP 04, e a Interpretação Técnica ICPC 02, aplicáveis às entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.2. Resumo das principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Cia. atua no Brasil e usa o Real como "moeda funcional" e moeda de apresentação das demonstrações financeiras e, adicionalmente, não realiza operações em moeda estrangeira.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação: Considerando as transações e operações da Cia., os ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) **Empréstimos e recebíveis:** incluem-se nessa categoria, os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Cia. compreendem as contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. 2.4.2. Reconhecimento, mensuração e compensação de instrumentos financeiros: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cia. tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4.3. Impairment de ativos financeiros: A Cia. avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos (perdas) de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. Assim, quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. No caso específico do contas a receber de clientes, a Administração considera que a existência de atrasos no contas a receber de unidades em construção com alienação fiduciária, face a garantia existente e às condições atuais de mercado, não representa evidência objetiva de impairment. 2.5. Contas a receber: A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção do empreendimento. As contas a receber de clientes são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual deduz-se as parcelas recebidas. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Quando concluída a construção, incidirá sobre o contas a receber juros e variação monetária, os quais serão apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. 2.6. Imóveis a comercializar: A parcela em estoque corresponde ao custo incorrido no estágio atual de construção das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende terrenos, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados. O custo dos terrenos está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. 2.7. Imobilizado: Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, quando sua vida útil estimada é superior a um ano, possuem natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo de sua vida útil estimada e o correspondente encargo de depreciação alocado no resultado. 2.8. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.9. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cia. nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Conforme facultado pela legislação tributária, a Cia. optou pelo regime de lucro presumido, segundo o qual a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.11. Capital social: Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. A reserva legal é calculada na base por 5% do lucro líquido do exercício. 2.12. Apuração do resultado: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Cia.. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Cia. reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: (a) **Receita de venda de imóveis:** Conforme mencionado na Nota 1, o empreendimento foi lançado em fevereiro de 2011. Dessa forma, para o reconhecimento da receita correspondente às unidades já comercializadas, foram observados os procedimentos e estabelecidos pelo CPC 30 - "Receitas", mais especificamente, os procedi-

mentos que tratam do reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerente à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma, foi efetuado com base na Orientação OCP 04, a qual norteou a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. A partir das referidas normas e, levando também em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela Orientação OCP 01 (R1) - "Entidades de Incorporação Imobiliária", os seguintes procedimentos foram adotados: * O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. * E apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, determinando-se assim o montante da receita de venda reconhecida. * Os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), líquido das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, conforme o caso. * O valor justo da receita das unidades vendidas em construção é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador, a partir de quando sobre o contas a receber passará a incidir juros de 12% ao ano acrescido de atualização monetária. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço de venda. As despesas com comissões de vendas incorridas na Cia. são ativas como pagamentos antecipados e apropriadas ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas", observando-se os mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. Após a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária do contas a receber passará a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e passará a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma *pro rata temporis*. Nessa fase, a atualização monetária e os juros passarão a ser registrados como receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros e não mais integrará a base para determinação da receita de vendas. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis para o próximo exercício referem-se ao reconhecimento das receitas pelo percentual do custo incorrido das unidades vendidas, em relação ao seu custo total orçado (POC) (Nota 2.12(a)). Adicionalmente, a Cia. segue as orientações da OCP 04 para determinar quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias vendidas são transferidos aos compradores. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Cia. avaliou as discussões dos temas efetuados no âmbito de um Grupo de Trabalho coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), culminando com a apresentação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de minuta da Orientação CPC 04, a qual foi por ele aprovada e norteou a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil. Caso a OCP 04 não tivesse sido emitida e a conclusão tivesse sido de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias não sejam transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária, os maiores impactos seriam a redução do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício de forma transitória, uma vez que o reconhecimento da receita e dos correspondentes custos e impostos se daria por ocasião da entrega das chaves. 4. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Cia. a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global, que é realizada pela tesouraria central de sua sócia-acionista João Fortes Engenharia S.A., se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cia. A Cia. não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. (a) **Risco de crédito:** É avaliado como não relevante face a garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. (b) **Risco de moeda:** Considerado praticamente nulo em virtude da Cia. não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuir dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva. (c) **Risco de liquidez:** É o risco da Cia. não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela tesouraria central de sua acionista João Fortes Engenharia S.A. (d) **Gestão de riscos financeiros:** Aplica-se a prática de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Desta forma, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela tesouraria central de sua acionista João Fortes Engenharia S.A. a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. (e) **Valor justo e contábil dos instrumentos financeiros:** A Cia. opera com instrumentos financeiros ativos e passivos. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. 5. Caixa e equivalente de caixa: 2014 - 2013: Caixa e bancos - 1.661 - 4.288. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. 6. Contas a receber: O contas a receber foi atualizado pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) e, após a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades vendidas, passou a ser atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros de 12% ao ano, os quais passarão a ser apropriados de forma *pro rata temporis*. O saldo total de contas a receber referente à atividade de incorporação imobiliária, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, pode ser assim demonstrado:

	2014	2013
Empreendimento concluído	45.498	35.163
Ajuste a valor presente	-	(199)
Adiantamento de clientes	-	282
(-) Receita de vendas a apropriar	-	(4.600)
	45.498	30.646
Não Circulante	1.238	-
Circulante	33.926	40.980
Quantas as informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Cia. não possui individualmente, clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de ativo circulante e não circulante de contas a receber de clientes está composto pelos seguintes vencimentos:		
	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos	2.232	1.865
A vencer:		
Até 30 dias	343	1.140
31 a 60 dias	31.214	988
61 a 90 dias	5	369
91 a 120 dias	3	2.148
121 a 360 dias	129	33.530
	33.926	40.040
Adiantamento de clientes	-	281
Ajuste a valor presente	-	(199)
(-) Receita de vendas a apropriar	-	-
Ativo circulante	33.926	40.122
	31/12/2014	31/12/2013
A vencer		
entre 1 e 2 anos	190	725
entre 2 e 3 anos	197	707
entre 3 e 4 anos	172	663
Após 4 anos	679	3.363
	1.238	5.458
(-) Receita de vendas a apropriar	-	(4.600)
Ativo não circulante	1.238	858

7. Imóveis a comercializar:

	2014	2013
Imóveis a comercializar	15.039	12.203

	31/12/2014	31/12/2013
Posição em Percentual		
Em Estoque	27,54%	34
Vendas	72,46%	98
	100,00%	132

8. Impostos e contribuições diferidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	1.083	1.254
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.283	1.485
Encargos diferidos das operações	2.366	2.739
Passivo circulante	(2.366)	(2.739)
Passivo não circulante	-	-

8.1 Imposto de renda e contribuição social: (a) Diferidos: A sociedade é tributada com base no lucro presumido, não possuindo, dessa forma, saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros. Todavia, possui diferenças a tributar em exercícios futuros, decorrentes de receitas nas atividades imobiliárias tributadas em regime de caixa e o valor registrado em regime de competência, no montante de R\$ 35.163 (base de cálculo) em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 40.780). Em decorrência das obrigações tributárias como antes mencionadas, foi contabilizado o correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos), totalizando R\$ 2.366 (2013 - R\$ 2.739) e apresentados no passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme mencionado na (Nota 2.11). (b) **No resultado do exercício:** O encargo de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício pode ser assim resumido:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro presumido	-	-
Imposto diferido	(259)	(292)
Imposto corrente	170	(538)
Encargo no resultado do exercício	(89)	(830)

8.2. Contribuições ao PIS e a COFINS: Semelhante ao imposto de renda e contribuição social diferidos as receitas das atividades imobili